
Instituto Arredondar
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores
Instituto Arredondar

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Instituto Arredondar ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Instituto Arredondar

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de outubro de 2018

**PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5**

**Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/**

Instituto Arredondar
Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

A T I V O	NOTAS	2017	2016
CIRCULANTE		1.120.245	717.727
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	861.266	606.893
CONTAS A RECEBER	5	258.638	107.229
DESPESAS ANTECIPADAS		341	3.605
NÃO CIRCULANTE	6	21.024	23.985
IMOBILIZADO		18.099	20.903
INTANGÍVEL		2.925	3.082
TOTAL DO ATIVO		1.141.269	741.712

P A S S I V O	NOTAS	2017	2016
CIRCULANTE		446.094	249.965
FORNECEDORES	7	7.158	8.376
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	8	107.232	64.967
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	9	8.380	4.877
PROJETOS A EXECUTAR	10	323.324	171.745
NÃO CIRCULANTE		4.345	5.523
RECEITAS DIFERIDAS		4.345	5.523
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	690.830	486.224
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ACUMULADO		486.224	(48.916)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		204.606	535.140
TOTAL DO PASSIVO		1.141.269	741.712

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Instituto Arredondar
Demonstração do Resultado
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	NOTAS	2017	2016
Receitas operacionais			
Sem restrição			
Doações recebidas	12	927.581	1.232.291
Doações - Arredondamentos	12	113.959	42.151
Rendimentos financeiros	13	50.000	18.738
Diversas			-
		<u>1.091.540</u>	<u>1.293.180</u>
Gratuidades			
Voluntários	21	544.520	680.229
Bens e Serviços	21	659.502	610.669
		<u>1.204.022</u>	<u>1.290.898</u>
Impostos Incidentes			
Cofins		(2.001)	-
		<u>(2.001)</u>	
Total de receitas operacionais		<u>2.293.561</u>	<u>2.584.078</u>
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal	14	(1.240.790)	(1.175.554)
Serviços prestados por terceiros	15	(750.625)	(730.691)
Despesas com viagens	16	(7.138)	(8.447)
Despesas com ocupação	17	(47.785)	(47.152)
Despesas administrativas	18	(27.157)	(28.942)
Despesas tributárias	19	(3.607)	(45.094)
Despesas financeiras	20	(7.027)	(8.731)
Depreciação e amortização	6	(4.827)	(4.097)
Outras Despesas		-	(230)
Total de despesas operacionais		<u>(2.088.956)</u>	<u>(2.048.938)</u>
Superávit / Déficit do exercício		<u><u>204.606</u></u>	<u><u>535.140</u></u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Instituto Arredondar
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	185.407	(234.323)	(48.916)
Transferência	(234.323)	234.323	-
Superávit do Exercício	-	535.140	535.140
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(48.916)	535.140	486.224
Transferência	535.140	(535.140)	-
Superávit do Exercício	-	204.606	204.606
Saldos em 31 de dezembro de 2017	486.224	204.606	690.830

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Não foram identificados outros resultados abrangentes. Por esse motivo, a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

Instituto Arredondar
Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit / Déficit do exercício	204.606	535.140
Depreciação e amortização	4.827	4.097
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(151.409)	(66.672)
Despesas antecipadas	3.264	7.475
Aumento (redução) nos passivos:		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	42.265	9.303
Obrigações tributárias	3.503	(245)
Fornecedores	(1.218)	(72.228)
Obrigações com projetos a executar	151.579	92.487
Receitas diferida	(1.178)	5.523
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	<u>256.239</u>	<u>514.880</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.410)	(5.844)
Baixa Imobilizado	544	230
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(1.866)</u>	<u>(5.614)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>254.373</u></u>	<u><u>509.266</u></u>
Saldo no início do exercício	606.893	97.627
Saldo no final do exercício	861.266	606.893
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>254.373</u></u>	<u><u>509.266</u></u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Instituto Arredondar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

O Instituto Arredondar (“Instituto”) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos constituída em 14 de julho de 2011, inscrito no CNPJ sob o número 14.416.996/0001-25, e tem por objetivo, entre outros, conforme seu estatuto: promoção e incentivo de projetos e eventos, próprios e/ou de terceiros relacionados às áreas da saúde, desportiva, educacional, cultural, ambiental, assistência social, direitos humanos, inclusão social, proteção à diversidade, no país especialmente por meio da captação de recursos advindos de doações, inclusive exemplificativamente por meio do arredondamento de valores em contas diversas ou folhas de pagamentos a serem feitos por pessoas físicas ou jurídicas, recursos esses a serem utilizados para o desenvolvimento de projetos próprios ou de terceiros.

O Instituto possui o seguinte certificado:

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): Por meio do processo MJ nº 08071.026358/2014-44, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, conforme Despacho da Diretora, de 10 de novembro de 2014, publicado no Diário Oficial de 18 de Novembro de 2014 (conforme delegação da Portaria SNJ nº 28, de 10 de setembro de 2008).

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para os períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 01 de outubro de 2018.

2.1 Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto, findas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – CPC PME “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração

do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Instituto é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as receitas provenientes com gratuidades recebidas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Principais práticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

Contas a Receber: O Instituto reconhece as contas a receber inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto reconhece os valores a receber nas datas em que foram originados através de arrecadação de doações, por meio de parcerias com lojas e redes comerciais.

Tal sistema visa oferecer aos clientes dos Parceiros a oportunidade de realizar doações para o Instituto quando do pagamento de suas compras por quaisquer meios (cartões de crédito, cheques, cartões de débito e dinheiro em espécie) ou ainda por meio de doações diretas.

Conforme contratos, o Instituto reconhece como receita até 10% dos valores arrecadados com arredondamentos para cobrir os custos administrativos próprios e sua manutenção.

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado: Os passivos financeiros ao custo amortizado são: fornecedores e contar a pagar. Eles são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa: São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos: Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos apresentados.

b. Apuração do superávit/déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados

O reconhecimento das receitas e despesas: é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Receitas e despesas de recursos vinculados: compreendem aos valores recebidos pelo Instituto e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Tais recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores são registrados da seguinte forma:

Recebimento dos recursos: Quando ocorrem os recebimentos destes recursos são reconhecidos o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante.

Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos com estes recursos, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo a contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em contas de receitas próprias, simultaneamente e pelo mesmo valor.

Outras receitas: Quando ocorrem os recebimentos de outras receitas vinculadas a estes instrumentos, são reconhecidos o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante.

Doações: O Instituto registra as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas através de comprovantes de cobrança, avisos bancários, recibos e outros, na data da realização.

Receitas Financeiras: os rendimentos estão apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de rendimentos de aplicação financeira no resultado.

Gratuidade: benefício concedido por terceiros como gratuidade por meio da prestação de serviços, o qual é reconhecido pelo valor efetivamente praticado.

c. Imobilizado e intangível

Reconhecimento e mensuração: Itens do ativo imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação e amortização acumulada e perda de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessário.

Depreciação e Amortização: A depreciação e a amortização são calculadas sobre o valor do custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Descrição	
maquinas e equipamentos	10%
móveis e utensílios	10%
equipamentos de informática	20%
softwares	20%

Os métodos de depreciação e amortização, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração do Instituto revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

f.Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g.Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

O Instituto não é parte em processos cíveis, trabalhistas e/ou tributários.

h. Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração do Instituto apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

i. Gerenciamento de risco

Em decorrência de suas atividades, o Instituto assume riscos inerentes às suas operações relacionadas com o mercado basicamente por aplicações financeiras, atendimento a legislação e sistema operacional e de gestão.

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados. Os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto, principalmente operacionais.

O Instituto efetua o gerenciamento de risco, por meio de sua diretoria, que utiliza instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CAIXA GERAL	672	80
BANCOS CONTA MOVIMENTO REC. LIVRES	4.272	563
APLICAÇÕES FINANCEIRAS REC. LIVRES	856.322	606.250
	<u>861.266</u>	<u>606.893</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Instituto possuía aplicações financeiras em fundos de investimento financeiro e certificados de depósitos bancários, todos com liquidez imediata, cujos montantes atualizados refletem o valor de realização dos mesmos naquela data. As modalidades de aplicações contratadas são consideradas conservadoras e de baixo risco, uma vez que o Instituto opera somente com Instituições consideradas de 1ª linha.

5. Contas a Receber

<u>Descrição</u>	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
ARREDONDAMENTOS A RECEBER	258.620	107.229
OUTROS VALORES A RECEBER	18	-
	<u>258.638</u>	<u>107.229</u>

6. Ativo Imobilizado e Intangível

Descrição	Tx.Depr.	2017		
		Anual	Custo	Depr.Acum.
Imobilizado				
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10%	1.700	(174)	1.526
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10%	24.307	(13.429)	10.878
EQUIPAMENTOS PROC DE DADOS	20%	11.621	(5.926)	5.695
		<u>37.628</u>	<u>(19.529)</u>	<u>18.099</u>
Intangível				
SOFTWARES	20%	1.943	(1.229)	714
MARCAS E PATENTES		2.211	-	2.211
		<u>4.153</u>	<u>(1.229)</u>	<u>2.925</u>

Descrição	2016	2017		Saldo
	Saldo	Adições	Baixas	
Imobilizado				
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.400	300	-	1.700
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	24.907	-	(600)	24.307
EQUIPAMENTOS PROC DE DADOS	9.636	1.985	-	11.621
Depreciação				
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(12)	(162)	-	(174)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(10.967)	(2.517)	55	(13.429)
EQUIPAMENTOS PROC DE DADOS	(4.061)	(1.865)	-	(5.926)
	<u>20.903</u>	<u>(2.259)</u>	<u>(545)</u>	<u>18.099</u>
Intangível				
SOFTWARES	1.818	125	-	1.943
MARCAS E PATENTES	2.211	-	-	2.211
Amortização				
SOFTWARES	(947)	(282)	-	(1.229)
	<u>3.082</u>	<u>(157)</u>	<u>-</u>	<u>2.925</u>

7. Fornecedores

Descrição	2017	2016
ALUGUEIS A PAGAR	2.905	2.905

OUTROS	4.253	2.995
SEGUROS A PAGAR	-	2.476
	<u>7.158</u>	<u>8.376</u>

Representa valores a pagar a diversos fornecedores de materiais e prestadores de serviços.

8. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Descrição	2017	2016
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	91.030	49.974
INSS A RECOLHER	11.656	10.921
FGTS A RECOLHER	4.041	3.620
PIS A RECOLHER	505	452
	<u>107.232</u>	<u>64.967</u>

9. Obrigações tributárias

Descrição	2017	2016
IRRF A RECOLHER	7.884	4.581
Pis/Cofins/CSLL A RECOLHER	279	-
COFINS A RECOLHER	206	286
ISS A RECOLHER	11	10
	<u>8.380</u>	<u>4.877</u>

10. Projetos a Executar

Refere-se aos arredondamentos arrecadados a serem repassados a organizações sociais selecionadas e com suas atividades alinhadas com as "grandes causas sociais".

Descrição	2017	2016
SALDO INICIAL	171.745	79.258
ARREDONDAMENTOS ARRECADADOS	1.139.577	421.507
(-) DISTRIBUICAO	(874.040)	(286.869)
(-) CUSTOS ARREDONDAR	(113.958)	(42.151)
	<u>323.324</u>	<u>171.745</u>

11. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra instituição, conforme previsto em seu estatuto social.

12. Receitas Operacionais - Doações

Descrição	2017	2016
DOAÇÕES PESSOA FÍSICAS	42.000	451.863
DOAÇÕES PESSOA JURÍDICAS	884.648	780.351
DOAÇÕES BENS IMOBILIZADO	933	77
DOAÇÕES PESSOA FÍSICAS - ARREDONDAMENTOS	113.959	42.151
	<u>1.041.540</u>	<u>1.274.442</u>

13. Receitas Operacionais - Financeiras

Descrição	2017	2016
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	49.901	18.738
DESCONTOS OBTIDOS	99	-
	<u>50.000</u>	<u>18.738</u>

14. Despesas com pessoal

Descrição	2017	2016
VOLUNTARIO (NOTA 21)	544.520	680.229
SALÁRIOS E ORDENADOS	340.328	263.241
INSS	121.266	82.647
FÉRIAS	46.997	37.457
ASSIST. MÉDICA E MEDICINA DO TRABALHO	46.769	31.051
FGTS	42.521	25.622
13º SALÁRIO	29.701	24.919
VALE REFEIÇÃO / REFEITÓRIO	29.877	20.105
AUTÔNOMOS	9.192	4.879
PIS	4.615	3.203
VALE TRANSPORTE	3.780	1.092
AVISO PRÉVIO E INDENIZAÇÕES	12.382	974

ESTAGIÁRIO	8.467	-
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	375	135
	<u>1.240.790</u>	<u>1.175.554</u>

15. Serviços prestados por terceiros

Descrição	2017	2016
COMUNICAÇÃO	286.889	375.763
TECNOLOGIA	59.229	143.496
AUDITORIA	67.354	67.354
JURIDICO	215.128	50.000
ENTREGAS	2.114	-
CONSULTORIA	-	24.236
CURSOS E TREINAMENTOS	50.700	20.000
PROGRAMAÇÃO	29.137	18.300
CONTABILIDADE	19.474	17.706
ASSESSORIA DE IMPRENSA	20.200	12.317
OUTROS	400	1.519
	<u>750.625</u>	<u>730.691</u>

16. Despesas com viagens

Descrição	2017	2016
PASSAGENS	6.321	6.059
HOSPEDAGEM	274	-
CONDUÇÃO	324	1.158
ALIMENTAÇÃO	169	314
OUTRAS DESPESAS COM VIAGENS	50	916
	<u>7.138</u>	<u>8.447</u>

17. Despesas com ocupação

Descrição	2017	2016
ALUGUEL	36.000	35.221
CONDOMINIO	9.332	9.195
ENERGIA ELETRICA	1.259	1.323
SEGURO DE IMOVEIS	416	529

OUTRAS DESPESAS COM OCUPAÇÃO	240	456
MATERIAL DE LIMPEZA	502	376
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO	36	52
	<u>47.785</u>	<u>47.152</u>

18. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2017	2016
CONDUÇÃO	6.931	10.067
TELEFONE E INTERNET	5.964	5.032
SEGUROS ADMINISTRATIVOS	6.926	4.953
OUTRAS	778	2.494
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2.309	2.459
VEÍCULOS	665	1.513
COPA E COZINHA	710	1.130
LANCHES E REFEIÇÕES	470	650
CARTÓRIO	769	394
CORREIOS E MALOTES	357	250
XEROX	820	-
BENS DURAVEIS DE PEQUENO VALOR	408	-
GRAFICA	50	-
	<u>27.157</u>	<u>28.942</u>

19. Despesas tributárias

Descrição	2017	2016
IPTU	3.189	2.899
TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO	234	143
OUTROS IMPOSTOS E TAXAS	184	-
ITCMD	-	40.646
COFINS	-	727
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	-	679
	<u>3.607</u>	<u>45.094</u>

20. Despesas financeiras

Descrição	2017	2016
DESPESAS BANCÁRIAS	5.980	5.491
IOF	28	2.833
IRRF SOBRE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	936	245

JUROS E MULTAS PASSIVAS	83	118
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	-	44
	<u>7.027</u>	<u>8.731</u>

21. Gratuidade recebida

Descrição	2017	2016
VOLUNTARIADO	544.520	680.229
COMUNICAÇÃO	275.791	319.967
TECNOLOGIA	59.229	143.496
AUDITORIA	67.354	67.354
JURÍDICO	209.128	50.000
CURSOS E TREINAMENTOS	48.000	20.000
CONSULTORIA	-	9.852
	<u>1.204.022</u>	<u>1.290.898</u>

* Os trabalhos voluntários identificados pela administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2017 e de 2016, estão principalmente relacionados ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria.

22. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e não possuía quaisquer transações como interveniente garantidora.

23. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)

Conforme artigo 150 da Constituição Federal, o Instituto é imune ao IRPJ e, pelo artigo 195, isento de contribuições (CSLL e COFINS).

Ressalta-se que especificamente para as receitas advindas de aplicações financeiras, o Instituto recolhe COFINS, com base no Decreto 8.426/15; e em relação ao PIS (Programa de Integração

Social), possui a especificidade de recolhimento de 1% sobre a folha de pagamentos, conforme IN 247/2002.

24. Seguros

É política da Entidade manter coberturas de seguros efetuadas junto à ACE Seguradora S/A, referente à Responsabilidade Civil dos Administradores, e Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, referente aos bens do ativo imobilizado e sua sede administrativa. Os limites de cobertura são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

25. Partes relacionadas

Até 01/10/2017, o Instituto Arredondar era administrado pelos Srs. Ari Weinfeld e Adolfo Bodrow, membros da diretoria executiva e do conselho deliberativo. A partir do dia 02/10/2017, ficaram a frente do Instituto a Sra. Nina Valentini de Moraes juntamente com a Sra. Maria Bresser Pereira Tokeshi e o conselho deliberativo foi separado em dois grupos: conselho estratégico e associados efetivos. As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração incluindo o Conselho Deliberativo, os Diretores Executivos e seus Conselheiros não obtiveram remuneração no exercício de 2017, sendo reconhecidos como gratuidades.

b. Saldo do fim do exercício, decorrentes de doações e gratuidades.

Nome	CPF / Passaporte	2017				2016	
		Conselho Deliberativo	Diretoria Executiva	Conselho Estratégico	Associados Efetivos	Conselho Deliberativo	Diretoria Executiva
Doações de Partes Relacionadas							
Ari Weinfeld	028.298.638-36	-	-	-	-	-	83.800
Teresa Cristina R. R. Botelho Bracher	073.246.628-89	-	-	-	-	142.000	-
		-	-	-	-	142.000	83.800
Gratuidades por partes relacionadas							
Adolfo Bobrow	031.185.718-37	6.428	234.499	-	-	6.802	-
Ari Weinfeld	028.298.638-36	6.428	234.499	-	-	6.802	607.401
Fabio Venosa Kaufmann	153.882.968-14	6.428	-	-	-	6.802	-
José Leopoldo de Abreu Figueiredo	003.781.738-80	6.428	-	-	-	6.802	-
Luis Mário Bilenky	013.057.168-76	6.428	-	-	-	-	-
Maritta Rosmarie Margarete Koch-Weser	CCJKY69PW	6.428	-	-	-	6.802	-
Nércio José Monteiro Fernandes	022.256.918-27	6.428	-	-	-	6.802	-
Ricardo Glass	256.402.568-42	6.428	-	-	-	6.802	-
Sergio Kulikovsky	151.566.838-00	6.428	-	-	-	6.802	-
Teresa Cristina R. R. Botelho Bracher	073.246.628-89	6.428	-	-	-	6.802	-
Fernando Rossetti Ferreira	061.882.778-17	-	-	-	-	-	-
Nina Valentini de Moraes	350.073.528-29	-	-	-	-	-	-
Maria Bresser Pereira Tokeshi	353.026.178-54	-	-	-	-	-	-
		64.276	468.999	-	-	61.215	607.401

26. Eventos Subsequentes

Em abril de 2018, o Movimento Arredondar firmou uma parceria nacional com a rede BURGER KING, ativando mais de 400 lojas entre abril e junho do mesmo ano. O projeto começou com as operações em dinheiro, e será expandido para cartões em outubro de 2018. O potencial de doação desta rede de lojas, para o ano de 2018 é de aproximadamente R\$500.000,00.

Em junho de 2018, o Arredondar realizou um estudo de iniciativas que operam em modelos parecidos, e constatou que sua taxa de custeio, de 10% sobre o valor arrecadado, não condizia com as práticas de outras organizações que arrecadam e distribuem recursos. Tendo em vista esse desalinhamento com as práticas e a busca pela sustentabilidade financeira, o Conselho Estratégico e a Diretoria do Arredondar, alinharam com as organizações sociais e as marcas que participam do Movimento para que a taxa, a partir de julho, passasse a ser 20% do valor arrecadado.

Como resultado do primeiro edital do Fundo BIS, que doou R\$87.000,00 ao Movimento Arredondar em 2018, lançamos em setembro em parceria com a NKStore a primeira iniciativa de arredondamento de centavos no e-commerce. Esse mercado tem grande potencial de aumentar o volume de arrecadação do Movimento nos próximos anos.

* * *